

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Representações da Escravidão Negra no Brasil: Entre o Texto e o Visual

Janderson Bax Carneiro* ¹

Resumo: O presente artigo aborda as discussões levantadas na oficina “escravidão no Brasil: entre o texto e o visual”, apresentada aos professores da rede municipal de ensino de Armação dos Búzios-RJ, área de concentração de expressiva população afro-descendente. A oficina buscou analisar o imaginário da escravidão no Brasil, expresso em iconografias e textos, contemporâneos à instituição analisada. Para tal, lançamos mão de referenciais teóricos da história cultural, vislumbrando o estabelecimento de um diálogo entre saber acadêmico e educação escolarizada, capaz de viabilizar o apontamento de alternativas para a atuação do professor/pesquisador, nas discussões pertinentes à elaboração do currículo escolar.

Palavras-chave: Escravidão – Imaginário – Brasil.

Abstract: This article reviews the discussion arisen in the workshop “Slavery in Brazil: between text and view”, presented to the public school teachers from Armação de Buzios, area with considerable concentration of african-brazilian population. The workshop was meant to analyse the imaginary of the Slavery in Brazil, shown in iconographies and texts as modern as the said institution. We used theoretical references from the cultural history searching for an interface between the academic teaching and the school education that could bring the stablishment of alternatives for teacher/researchers’ role on resumee elaboration.

Keywords: Slavery - imaginary – Brazil.

A partir das últimas décadas do século XX, com a maior evidência da História Cultural, o cenário historiográfico nacional vêm passando por uma considerável efervescência acadêmica, perceptível na expressiva ampliação do espectro temático disponível a pesquisadores e professores. A profusão de novos domínios, bem como de perspectivas epistemológicas diferenciadas, apresenta, indubitavelmente, contribuições significativas para o ensino de História na educação Básica.

No entanto, a relação entre o universo acadêmico e a História ensinada nas escolas, apresenta-se, freqüentemente, mal-sucedida, calcada na tradicional estrutura hierárquica, a partir de competências rigidamente estabelecidas. Ou seja, à universidade caberia a produção de conhecimento científico, elaborado por especialistas, e à escola, a reprodução, mais próxima possível, desse conhecimento. Nesse contexto, percebemos a permanência de simplificações de fórmulas historiográficas complexas, a concepção do conhecimento histórico pronto e acabado, e, a perspectiva de uma atuação docente passiva,

* Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. Pós-graduado em História do Brasil.

¹ Meus agradecimentos à Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios-RJ.

direcionada à “vulgarização” do conhecimento acadêmico, ainda que através de recursos metodológicos ou linguagens atraentes.

O quadro anteriormente delineado é, sem dúvida alguma, desafiador. Entretanto, não devemos ignorar os esforços apresentados nos últimos anos, no sentido de atenuar o tradicional “fosso” existente entre o universo acadêmico e a Escola. Os parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), não obstante críticas, inscrevem-se nessa perspectiva. Podemos observar, na proposta dos PCNs, por exemplo, um notável enfoque atribuído à questão da pluralidade, e sua relação com a construção de uma cidadania plena, o que potencializa, a princípio, a superação de uma série de preconceitos cristalizados na “história ensinada”, e baseados em uma perspectiva essencializada de cultura. Nesse sentido, percebemos que:

Ao definirem o tema transversal ‘pluralidade cultural’, os autores dos PCNs enfatizam que não se trata de dividir a sociedade brasileira em grupos culturalmente fechados, mas de educar com vistas a estimular a convivência entre tradições e práticas culturais diferenciadas (...) educando para a tolerância e o respeito às diversidades, sejam culturais, lingüísticas, etnorraciais, regionais ou religiosas (...) (ABREU, 2003: 127).

A partir do que foi exposto, concebemos a superação dos limites impostos pela tradicional estrutura de produção e transmissão do conhecimento histórico como um desafio, que abarca a necessidade de redimensionar a prática docente, bem como a concepção de história como disciplina da grade curricular. Ou seja, a construção de um currículo permeado por “conteúdos significativos” perpassa, necessariamente, a autonomização da prática docente, a partir da construção do binômio professor/pesquisador. Trata-se, portanto, de “pensar a pesquisa e o ensino como um processo global, único, o que destrói pela base a separação entre produção e transmissão (...)” (CABRINE, 1994: 11).

Inspirados pelos debates mais recentes, no âmbito da Educação, acerca da construção do currículo a partir de conteúdos significativos, procuramos, de forma despretensiosa e experimental, realizar, na oficina aqui descrita, uma reflexão acerca das possibilidades metodológicas para a implementação de uma prática docente mais autônoma em relação ao currículo oficial, e atenta às demandas sociais circundantes.

A cidade de Armação dos Búzios (RJ), balneário de renome internacional, abriga, em região periférica, a comunidade da Praia rasa, remanescente de um quilombo, em progressivo processo de afirmação identitária, a partir da memória de um passado escravista. A alusão a um passado escravista tão próximo (depreciado por uns e exaltado por outros) gera inúmeras inquietações, por parte dos alunos, trazendo à tona os preconceitos cristalizados no

senso comum, e perceptíveis em grande parte do material didático disponível no mercado editorial. Assim, procuramos, em escala micro, uma alternativa para uma abordagem acerca da escravidão no Brasil, a partir de uma perspectiva capaz de dialogar com as discussões historiográficas recentes acerca do tema.

Não obstante as crescentes contribuições da historiografia para a abordagem do tema em sala de aula, uma análise mais cautelosa dos materiais didáticos disponíveis no mercado editorial, bem como uma reflexão em torno de nossa ação docente revela, certamente, um expressivo leque de preconceitos, e equívocos, como: bipolarização da sociedade escravista de forma antagônica (senhores e escravos apontados como integrantes de pólos hermeticamente isolados); naturalização da escravidão, como apanágio da condição de negro, ou, ainda, heroicização e/ou vitimização do escravo ou ex-escravo, como podemos perceber no trecho baixo transcrito, extraído de um livro didático largamente utilizado no ensino fundamental:

A cabeça de Zumbi foi cortada e levada para Recife. O governo mandou que fosse colocada no alto de um poste, onde deveria ficar até se decompor (...) Os ideais de liberdade de Zumbi, contudo, permaneceram vivos; novos quilombos foram organizados e escravos continuaram lutando pela sua libertação (PILETTI, 2003: 135).

O fragmento anterior, sob pretexto de abordar, simultaneamente, opressão e resistência negra no contexto da escravidão no Brasil, evidencia a persistência de perspectiva da epopéia histórica, mesmo que invertida. Ou seja, atributos tradicionalmente identificados aos “heróis” abandonados pela historiografia recente, como “conquistadores” europeus do século XVI, são identificados em um ícone de resistência negra, expressando um ideal de martírio individual.

Em estudos sobre a resistência negra no Brasil escravista, os historiadores João José dos Reis e Eduardo Silva, procuram desvendar as estratégias apontadas por homens e mulheres no contexto da escravidão negra, concebendo-os como agentes históricos aptos á negociação, e não como meros braços voltados ao trabalho, o que contribui para a relativização do tradicional enfoque atribuído ao escravo como “força de trabalho”, mesmo quando resistente. De acordo com os autores:

A longa experiência colonial, no tocante às formas básicas de relacionamento, tem sido sintetizada através de uma dicotomia que permanece extremamente forte em nossa mentalidade coletiva. De um lado, Zumbi de Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; de outro, Pai João, a submissão conformada (REIS, 1988: 13).

O conceito de imaginário, caro ao desenvolvimento do instrumental analítico da história cultural, constitui uma ferramenta relevante no sentido de “desconstruir” a noção de

história como conhecimento pronto e acabado. Ao conferir ênfase aos processos de significação e ressignificação desenvolvidos em torno de fatos, períodos ou instituições, podemos construir, junto aos alunos, um esforço reflexivo no sentido e captar a multiplicidade de significados atribuídos pelos sujeitos históricos, em diferentes sociedades e tempos, bem como os significados dos processos estudados para os dias de hoje, o que indubitavelmente, redimensiona a concepção de história em relação às perspectivas mais tradicionais, marcadamente factuais e livrescas. Mais do que os fatos, passam a importar os conteúdos imagéticos socialmente produzidos em torno dos mesmos. Sob essa perspectiva, concebemos imaginário como “sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas (...)” (BARROS, 2004: 93).

A metodologia empregada na realização das referidas oficinas prezou pela diversificação das linguagens empregadas no processo de ensino/aprendizagem, como um fator relevante na ação do professor/pesquisador. Procuramos, através da análise de fontes textuais, captar os vários níveis de circularidade cultural e as imagens construídas acerca da escravidão, bem como do universo cultural do negro. Sob essa perspectiva, utilizamos fontes como matérias jornalísticas e poesias. As referidas fontes constituíram recursos privilegiados para a explicitação das tensões e interpenetrações latentes na sociedade escravista no Brasil.

A análise da gênese do candomblé baiano explicita a considerável circularidade de ritos e práticas mágicas adotados no período colonial, desvendando um universo cultural marcadamente híbrido. Baseado em registros inquisitoriais, eclesiásticos e policiais, em relatos de viajantes etc., o historiador assevera que: “Branco, negro, mulato, índio, africano, europeu e brasileiro pertencem a um universo mental controlado por forças espirituais que, segundo a maioria acreditava, podiam ser ativadas por especialistas religiosos (...)” (ISAIA, 2006: 75).

Nesse sentido, a poesia de Gregório de Mattos, do século XVII, permite-nos perceber as imbricações ocorridas na sociedade em questão:

Que de quilombos que tenho
Com mestres superlativos,
Nos quais se ensina de noite
Os calundus e feitiços!
(...)
Não há mulher desprezada,
Galã desfavorecido,
Que deixe de ir ao quilombo
Dançar o seu bocadinho...

Vivemos, sem dúvida alguma, em um mundo que preza a imagem, que assume um papel indiscutivelmente relevante no ato da comunicação. O desenvolvimento do foto-jornalismo, e o crescente apelo iconográfico dos livros didáticos evidenciam claramente essa tendência. No entanto, nem sempre percebemos a imagem como texto. Ou seja, como recurso transmissor de mensagens, explícitas ou implícitas, a serem encaradas sob uma perspectiva crítica e dialogal. Nos livros didáticos, por exemplo, geralmente são empregadas como simples meios de ilustração. Muitas vezes apontado como um recurso superficial, o uso de imagens na mediação didática mostra-se consideravelmente enriquecedora, no sentido iluminar, sob aspectos diferenciados, o objeto de estudo em questão.

Não são poucos os riscos da utilização das imagens no processo de ensino/aprendizagem. De acordo com Eduardo França Paiva, em estudos sobre imagem e História:

O maior desses perigos, talvez, seja tomá-las como ‘certidões visuais’, retratos fiéis, absolutos, ‘verdadeiros’, de um evento, de uma época, de costumes e, ainda, das próprias representações e dos discursos construídos no passado sobre esses acontecimentos e práticas (...) (PAIVA, 2004: 89).

Na oficina anteriormente mencionada, promovemos, inicialmente, uma sondagem, acerca do que os professores presentes pensavam sobre a Escravidão no Brasil. As falas evidenciaram, dentre os preconceitos já mencionados, uma patente “coisificação” do negro escravizado. Foram exibidas algumas pranchas de Debret e Rugendas, que, cruzadas com os textos disponíveis possibilitaram uma análise mais ampla do contexto da escravidão. À ênfase inicialmente conferida aos castigos físicos, os participantes passaram a uma ampliação da esfera de atuação do escravo na sociedade, e a uma percepção dos processos de interpenetração ocorridos da sociedade escravista, ignorados pelo legado da historiografia tradicional, que tende a apresentar universos negro e branco como pólos hermeticamente fechados.

Cientes de que as possibilidades pertinentes à abordagem do tema não esgotam-se nas discussões levantadas neste breve texto, concluímos com a percepção de que múltiplos são os caminhos para a concretização de uma prática docente comprometida com as demandas do tempo presente, e os avanços acadêmicos. No que diz respeito à utilização do instrumental teórico da história cultural em sala de aula, acreditamos que o conceito de representações constitui uma ferramenta relevante no sentido de permitir a identificação do aluno como alguém que recebe, transmite e cria representações, sendo, portanto, sujeito ativo dos processos históricos vivenciados pela sociedade onde está inserido.

Referências bibliográficas

- ABREU, Martha. *Mello Moraes Filho: Festas, tradições populares e identidade nacional*. In CHALOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo. **A História Contada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- BARROS, José D' Assunção de. **O campo da história**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília/MEC, 1998.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- CABRINE, Conceição (org.) et al. **O ensino de história. Revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUARTE, Geni Rosa. "De olho no olhar da história". In: **Revista de História da Biblioteca Nacional** Ano 2. nº16. Janeiro de 2007.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- ISAIA, Artur César (org). **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- MINTZ, Sidney Wilfred & PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.
- PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo horizonte: Autêntica, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jathay (org) et al. **História Cultural. Experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PILETTI, Nelson. & PILETTI, Claudino. **História e vida integrada**. São Paulo: Ática, 2003. (v2).
- ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo; Cortez, 2002.
- SCHMIDT, Mário. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2002. (vs 2 e 3).
- SILVA, Eduardo & REIS, João José. **Negociação e conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Eduardo. **Dom Oba d' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria F., GOVEA, Maria de Fátima s. (orgs). **Culturas políticas. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.